

ANDRESKA VALÉRIA DE ALCANTARA
CAROLINA DINIZ RODRIGUES PEREIRA

MATERIAL DIDÁTICO

Atividade didática para a disciplina Laboratório de História e Educação I, do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Tema: A Contracultura e os Movimentos Juvenis na história da oposição ao período militar brasileiro.

Professora: Anna Flávia Arruda Lanna Barreto.

Belo Horizonte
2024

A CONTRACULTURA E OS MOVIMENTOS JUVENIS NA HISTÓRIA DA OPOSIÇÃO AO PERÍODO MILITAR BRASILEIRO

A atividade foi planejada em conformidade com as diretrizes postuladas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e é direcionada aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Os estudantes estarão imersos, dessa forma, na Unidade Temática: "Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946" (BRASIL, 2018, p.430), com Objeto Temático: "Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência. As questões indígena e negra e a ditadura" (BRASIL, 2018, p.430). Tais temas são empregados comumente ao 9º do Ensino Fundamental em seu primeiro contato. Contudo, tal tema é também retomado no 3º ano do Ensino Médio, ao qual nosso material didático será empregado.

Na realização da atividade proposta será desenvolvido as Habilidades EM13CHS101, EM13CHS104, EM13CHS401, EM13CHS403 e EM13CHS602. Previstas pela BNCC, visam promover a discussão sobre os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante o período da ditadura civil-militar (BRASIL, 2018). Essas habilidades da BNCC para o Ensino Médio, desenvolvem competências para análise crítica e contextualizada de fenômenos históricos, sociais, culturais e políticos. Elas promovem a compreensão de narrativas diversas, a valorização da diversidade cultural e a análise das transformações tecnológicas e suas implicações sociais e trabalhistas. Além disso, abordam questões como o impacto de regimes autoritários e populistas na política brasileira e latino-americana, incentivando ações em prol da democracia, dos direitos humanos e da cidadania.

BREVE APRESENTAÇÃO DO TEMA - A contracultura e os movimentos de Resistência no Regime Militar

O tema "A Contracultura e os Movimentos Juvenis na história da oposição ao período militar brasileiro" explora como a juventude e as manifestações culturais desafiaram a repressão autoritária entre 1964 e 1985. Durante a ditadura militar, marcada pela censura e violência institucionalizada, a juventude estudantil e os movimentos contraculturais desempenharam papéis centrais na ala da resistência. A contracultura, influenciada por movimentos globais como o hippie, a anti-moda, e a tentativa de revolução nos costumes,

articulou uma rebeldia criativa e híbrida no Brasil, mesclando influências externas e elementos da cultura local. Esse fenômeno transcende barreiras culturais ao utilizar música, as artes visuais, o cinema e a moda como formas de resistência simbólica e de denúncia social.

O movimento estudantil, por sua vez, protagonizou momentos de grande impacto, como a Passeata dos Cem Mil (1968), que convocou um ato repúdio à repressão e violência da ditadura militar brasileira, sendo a maior manifestação popular ocorrida desde o golpe de 1964 e um marco na luta pela restauração da democracia no Brasil. Mesmo diante da repressão brutal intensificada pelo AI-5, jovens se reorganizaram, recorrendo a formas de resistência clandestina e cultural, desafiando o controle estatal com criatividade codificada. Paralelamente, o Cinema Novo e outras expressões cinematográficas registraram os traumas da ditadura, contribuindo para uma memória crítica do período. Obras como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967) desafiaram a narrativa oficial, promovendo reflexão e resistência.

A combinação entre política e cultura evidenciou tensões entre repressão e criação, resistência e mercantilização. Ainda assim, a contracultura e os movimentos juvenis deixaram um legado transformador, demonstrando a capacidade de mobilização da juventude para impulsionar mudanças sociais e culturais, mesmo sob contextos adversos.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DIDÁTICA

A partir da discussão levantada em relação às definições e contextualizações relacionadas à Contracultura e dos diferentes movimentos de resistência contra o Regime da Ditadura Militar, se constituirá dentro dessa atividade a proposta de um material didático que poderá ser utilizado em sala de aula, ao qual se estabelecerá como objetivo central: entender os diferentes movimentos culturais, sociais e políticos da juventude de oposição ao sistema ditatorial brasileiro. E, como objetivos específicos destacam-se:

- Refletir os aspectos políticos e institucionais da Ditadura Militar a partir de um breve resumo do período;
- Refletir os aspectos culturais e sociais que dizem respeito à resistência nas artes e na política por grupos juvenis;
- Entender o processo e desenvolvimento da censura no período ditatorial brasileiro a partir da cassação dos direitos políticos e civis dos cidadãos.
- Estimular os estudantes a reconhecerem e analisarem as diferentes formas de resistência durante o regime militar no Brasil, destacando as manifestações artísticas (como

cinema, música, literatura, artes plásticas e teatro) e os movimentos políticos como expressões de oposição ao autoritarismo.

Para tal será proposto dois momentos para sua realização, uma aula expositiva que abordará como tópicos: A Ditadura Militar no Brasil (1964 -1985); Contracultura: A Rebeldia dos Jovens nos Anos 60 e 70; A Juventude Estudantil na Resistência à Ditadura; O Cinema novo e o Tropicalismo. Para que em um segundo momento seja possível a elaboração de uma atividade avaliativa a partir de fontes primárias colhidas no Arquivo Nacional Brasileiro.

PRIMEIRA PARTE - Aula Expositiva

1. A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi um período de autoritarismo instaurado após o golpe de Estado de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. O regime foi consolidado com apoio de setores conservadores da sociedade, como empresários, a Igreja Católica, a imprensa e os Estados Unidos, sendo portanto, um golpe de caráter civil-militar. Inicialmente, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência, e o Ato Institucional nº 1 (AI-1) foi promulgado, suspendendo direitos políticos, permitindo cassações de mandatos e instituindo a base legal para o autoritarismo. Nesse mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), um aparato central para monitoramento e repressão.

Em 1967, com a promulgação de uma nova Constituição, o regime militar foi institucionalizado, centralizando o poder no Executivo e reduzindo garantias democráticas. O governo de Castelo Branco foi sucedido pelo general Artur da Costa e Silva, que adotou uma postura mais repressiva. Em 1968, a escalada autoritária atingiu um novo patamar. No contexto de manifestações como a Passeata dos Cem Mil, o regime reagiu com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspendeu direitos civis, eliminou o habeas corpus para crimes políticos, impôs censura e permitiu as diversas prisões arbitrárias. Esse ato marcou o auge do autoritarismo, ampliando o aparato repressivo do regime.

Em 1969, a repressão se intensificou ainda mais sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, que sucedeu a Junta Militar que havia assumido interinamente após o afastamento de Costa e Silva por questões de saúde. O período de Médici foi caracterizado por torturas, desaparecimentos e o fortalecimento de órgãos como o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna).

Também foi durante seu governo que a luta armada atingiu seu ápice. Paralelamente, o Brasil vivenciou o chamado Milagre Econômico, período de crescimento econômico acelerado, mas também, de profunda concentração de renda e desigualdade social.

Nos anos 1970, as pressões internas e externas começaram a abalar o regime. Em 1975, o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog gerou forte repercussão, intensificando as críticas ao regime. Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), foi iniciada uma transição controlada para a abertura política. Em 1979, a Lei da Anistia foi promulgada, perdoadando tanto os crimes cometidos por opositores quanto às violações do regime.

Na década de 1980, o regime enfrentou um declínio progressivo. Movimentos civis como as Diretas Já, em 1983 e 1984, mobilizaram milhões de brasileiros em defesa de eleições diretas para presidente. Em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, encerrando formalmente o regime militar. Após sua morte, o vice-presidente José Sarney assumiu o cargo, marcando o início da Nova República.

O período da ditadura foi marcado pela violência institucionalizada, censura e controle social, como analisa a historiadora Maria Helena Moreira Alves. A repressão foi uma característica estrutural do regime, não apenas uma resposta a movimentos de oposição. Embora tenha experimentado momentos de crescimento econômico, o regime ampliou desigualdades e deixou marcas profundas na sociedade brasileira, com efeitos que perduram até hoje.

2. Contracultura: A Rebeldia dos Jovens nos Anos 60 e 70

A contracultura nos anos 1960 e 1970 se consolidou como um dos movimentos culturais e sociais mais significativos do século XX. Como apresentado pelo professor americano Theodore Roszak em *A Contracultura*, ela surgiu como uma insurgência contra a racionalidade técnica e o conformismo impostos pela tecnocracia, promovendo um "renascimento espiritual" que valorizava a subjetividade, a criatividade e a experiência intuitiva. Essa busca por alternativas ao status quo encontrou expressão em diversos contextos globais, incluindo os Estados Unidos, onde a contracultura rejeitou o militarismo, o consumismo e as normas rígidas da sociedade capitalista de consumo. Ao mesmo tempo, no Brasil, conforme analisa o professor Felipe Flávio Fonseca Guimarães, a contracultura foi reinterpretada sob o impacto da ditadura militar, adquirindo uma forma híbrida que mesclava

influências internacionais, como o movimento hippie, com elementos da cultura popular brasileira, exemplificados no Tropicalismo.

Essa articulação foi marcada por desafios específicos. Enquanto nos Estados Unidos a contracultura enfrentava o risco de ser cooptada pelo mercado, no Brasil, as expressões culturais e artísticas estavam sob forte vigilância e censura, o que demandava uma criatividade codificada. Para Roszak, a tecnocracia possui uma capacidade inerente de neutralizar resistências ao absorvê-las como excentricidades ou mercadorias, um fenômeno também observado por autores brasileiros, como Carolina Morgado Pereira (2016) e Ana Noredi Schuster (2017), ao analisarem a mercantilização de movimentos artísticos e estéticos inicialmente subversivos.

A juventude foi o agente central desse processo, dessa forma, o jornalista e escritor brasileiro Zuenir Ventura, em seu livro *1968: O Ano que Não Terminou*, explora como jovens no Brasil e no mundo se engajaram em movimentos de resistência que uniam política e cultura. Ele traça paralelos entre os protestos globais, como os de Paris e Berkeley, e as manifestações estudantis no Brasil, como a Passeata dos Cem Mil, que enfrentavam a repressão do regime militar. Nesse contexto, a historiadora Anna Flávia Arruda Lanna, em *Movimento Feminino pela Anistia*, enfatiza a politização dessa geração e sua atuação como protagonista nas transformações sociais e culturais. No entanto, Guimarães (2012) e Schuster (2017) destacam que a contracultura brasileira, embora subversiva, frequentemente reproduzia desigualdades estruturais, sendo amplamente praticada por jovens de classe média, em sua maioria estudantes.

A música e as artes desempenharam papéis centrais nesse movimento. Schuster, Guimarães e Pereira analisam como o Tropicalismo emergiu como um dos movimentos culturais mais significativos do período, mesclando influências estrangeiras e locais para desafiar o conservadorismo e o autoritarismo. Artistas como Caetano Veloso e Gilberto Gil utilizaram a música como uma trincheira simbólica, camuflando críticas sociais em linguagens estéticas complexas para driblar a censura. Esse fenômeno ressoa com a análise de Roszak sobre a arte contracultural nos Estados Unidos, onde a música, o cinema e a literatura não apenas desafiaram normas sociais, mas também tentaram transcender a alienação cultural.

Além disso, práticas como viagens alternativas e o uso de substâncias psicodélicas simbolizaram novas formas de resistência e busca por autenticidade. Leon Kaminski, em *A Revolução das Mochilas*, analisa como as viagens realizadas por jovens brasileiros durante a ditadura militar funcionavam como um ato de resistência simbólica e um meio de escapar ao

controle estatal. Da mesma forma, Roszak vê nas substâncias psicodélicas um potencial transformador, mas alerta para os riscos de alienação espiritual e mercantilização dessas práticas, um desafio também presente no contexto brasileiro.

A contracultura, no entanto, enfrentou tensões e paradoxos. Conforme analisam Fernando Gabeira e Daniel Cohn-Bendit em *Nós que Amávamos Tanto a Revolução*, esses movimentos, embora libertadores, frequentemente reproduziram hierarquias e práticas autoritárias. Zuenir Ventura, por sua vez, observa que o desencanto pós-1968 foi um momento de aprendizado e reconfiguração das lutas políticas e culturais, revelando tanto os limites quanto as possibilidades da contracultura.

Em conclusão, a contracultura nos anos 60 e 70 foi um movimento multifacetado, marcado por tensões entre resistência e cooptação, criatividade e repressão. Embora seus elementos tenham sido diluídos ou mercantilizados em alguns contextos, o legado transformador dessa rebeldia jovem permanece evidente na forma como influenciou nossa visão sobre política, cultura e espiritualidade. As análises de Roszak e dos autores brasileiros mostram que, mesmo em meio a desafios significativos, a contracultura redefiniu as formas de contestação e resistência, deixando um impacto duradouro nas sociedades onde emergiu.

2.1 O Festival de Águas Claras, nosso Woodstock brasileiro

O Festival de Águas Claras, realizado entre os anos 1970 e 1980 na cidade de Iacanga, interior de São Paulo, ficou conhecido como o "Woodstock brasileiro". Foi um marco da contracultura e da música alternativa no Brasil durante a ditadura militar. O evento reunia artistas de renome, como Gilberto Gil, Raul Seixas e Hermeto Pascoal, em um espaço de liberdade artística e política, contrastando com o clima de repressão do regime. Promovia, além da música, um estilo de vida comunitário e em harmonia com a natureza, atraindo jovens de todo o país.

O documentário *O Barato de Iacanga* (2019), dirigido por Thiago Mattar, resgata a história do festival por meio de imagens de arquivo, depoimentos de participantes e organizadores. A obra revela os desafios de organizar um evento contracultural em tempos de censura e repressão, além de explorar o impacto cultural do festival e sua simbologia como espaço de resistência e celebração da juventude. Disponível no YouTube, o documentário é uma janela para compreender um momento singular da música e da contracultura no Brasil.

Figura 1: Pôster do documentário “O Barato de Iacanga”



FONTE: Página do IMDB

Trailer a ser utilizado em sala de aula:

[▶ O Barato de Iacanga | Trailer Oficial](#)

3. A Juventude Estudantil na Resistência à Ditadura

A juventude estudantil foi uma das principais forças de resistência contra o regime militar no Brasil (1964-1985). Com um papel destacado tanto nas ruas quanto nos ambientes culturais, os estudantes protagonizaram importantes momentos de luta contra a repressão a favor da liberdade e da democracia. Esse engajamento foi motivado pela indignação diante das restrições impostas pelo governo autoritário, como o fim de direitos civis, a censura à imprensa e a repressão violenta a qualquer oposição.

3.1 O início da resistência estudantil

Logo após o golpe de 1964, os estudantes começaram a se mobilizar contra o regime. Organizações como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foram desarticuladas e perseguidas, mas seus líderes continuaram atuando na clandestinidade. Entre 1964 e 1968, os jovens começaram a se organizar em manifestações que, inicialmente, buscavam a retomada da democracia e melhorias no ensino público. Um marco importante foi a radicalização das ações em 1968, em

resposta ao endurecimento do regime e ao fechamento de canais de diálogo. Nesse contexto, os estudantes passaram a reivindicar não apenas questões educacionais, como maior investimento em escolas e universidades, mas também liberdade política e mudanças sociais mais amplas.

3.2 A Passeata dos Cem Mil

A Passeata dos Cem Mil, realizada em junho de 1968 no Rio de Janeiro, foi um dos momentos mais simbólicos da resistência estudantil. Convocada em resposta à morte do estudante Edson Luís, assassinado pela polícia durante um protesto no restaurante Calabouço, a manifestação reuniu milhares de pessoas, incluindo intelectuais, artistas e trabalhadores, além dos estudantes. Esse ato expressou a insatisfação generalizada contra a repressão militar e mostrou a força do movimento estudantil como catalisador de lutas maiores pela liberdade.

Figura 2: Passeata dos 100 mil, em 1968, no Rio de Janeiro



FONTE: Fotografia de Evandro Teixeira.

Figura 3: Passeata dos 100 mil, em 1968, no Rio de Janeiro



FONTE: Arquivo Nacional, Correio da Manhã, BR RJANRIO PH.0.FOT.00554.

A mobilização massiva assustou o governo, que respondeu com maior repressão. Ainda em 1968, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que marcou o endurecimento definitivo do regime, ampliando a censura, suspendendo direitos civis e autorizando prisões arbitrárias. Com isso, muitas lideranças estudantis foram presas ou forçadas à clandestinidade.

3.3 O movimento estudantil na clandestinidade

Após a promulgação e institucionalização do AI-5, o movimento estudantil precisou se reorganizar para sobreviver em um contexto de repressão brutal. Muitos jovens passaram a integrar organizações clandestinas que defendiam a luta armada como forma de resistência, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses grupos realizavam ações diretas, como sequestros de diplomatas e atentados a instituições associadas ao regime.

No entanto, grande parte do movimento estudantil continuou a atuar em espaços de resistência cultural, como saraus, cineclubes e atividades artísticas que desafiavam a censura. Os festivais de música, por exemplo, tornaram-se um espaço de manifestação política disfarçada, com canções que denunciavam a opressão, como "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", de Geraldo Vandré.

Música para ser utilizada em sala de aula:

 **Geraldo Vandré - Pra não dizer que não falei das Flores**

3.4 A retomada das mobilizações e o legado da resistência estudantil

Entre 1969 e 1974, o regime militar intensificou a repressão contra os estudantes e outros opositores. Torturas, prisões e desaparecimentos foram utilizados para desmobilizar qualquer forma de resistência. Apesar disso, a juventude estudantil persistiu, e a partir do final da década de 1970, com o início da abertura política, as mobilizações voltaram a ganhar força.

As greves de operários e os protestos organizados por entidades como a UNE se tornaram mais frequentes, contribuindo para a formação de uma frente ampla contra a ditadura. Em 1979, a promulgação da Lei da Anistia permitiu o retorno de exilados e a reorganização de movimentos sociais e estudantis.

Figura 4: Passeata do Movimento pela Anistia



FONTE: Fotografia de Juca Martins

Os estudantes que enfrentaram a ditadura deixaram um legado importante na história do Brasil. Além de sua coragem e disposição para lutar contra a repressão, eles contribuíram para a valorização da democracia e da participação política. As mobilizações estudantis não apenas desafiaram o regime militar, mas também ajudaram a transformar a sociedade brasileira, introduzindo novas formas de pensar e agir politicamente.

Os movimentos estudantis da época mostraram que a juventude tem um papel central na luta por justiça e liberdade. O exemplo de resistência daqueles jovens continua a inspirar as gerações atuais a se posicionarem em defesa dos direitos e da democracia.

4. O Cinema Novo e o Tropicalismo

O Cinema Novo foi um movimento cinematográfico brasileiro que emergiu entre o final dos anos 1950 e meados dos anos 1970, consolidando-se como um marco na cultura e política do Brasil. Inspirado por movimentos internacionais como o neorrealismo italiano e a nouvelle vague francesa, o Cinema Novo desenvolveu uma estética única que refletia as particularidades sociais, culturais e políticas do país. Seu foco estava em retratar a realidade brasileira com um olhar crítico, especialmente as desigualdades sociais e a opressão vivida pelas classes populares.

O movimento destacou-se por uma linguagem inovadora e ousada, na qual o cinema não apenas narrava histórias, mas também denunciava injustiças e propunha reflexões profundas. Liderado por cineastas como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Joaquim Pedro de Andrade e Carlos Diegues, o Cinema Novo abordou temáticas

como miséria, exploração e violência, frequentemente associadas ao cotidiano das populações marginalizadas.

Glauber Rocha, um dos maiores expoentes do movimento, criou filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *Terra em Transe* (1967), que usavam simbolismos e metáforas para explorar injustiças sociais e tensões políticas. Ele formulou o conceito de "estética da fome", defendendo que a pobreza e a precariedade também poderiam ser formas poderosas de expressão artística. Já Nelson Pereira dos Santos, com *Vidas Secas* (1963), retratou as dificuldades do sertanejo nordestino, enquanto Ruy Guerra, em *Os Fuzis* (1964), discutiu o papel do poder militar em conflitos sociais.

Figuras 5 e 6: Cartazes dos filmes *Deus e o Diabo na Terra do Sol* e *Terra em Transe*



FONTE: Google Imagens.

A ascensão da ditadura militar em 1964 transformou o contexto em que o Cinema Novo se desenvolvia. Sob censura e repressão, os cineastas buscaram maneiras criativas de driblar as limitações impostas pelo regime, muitas vezes recorrendo a alegorias ou metáforas. Filmes como *Macunaíma* (1969), de Joaquim Pedro de Andrade, usaram o humor e o surrealismo para criticar o autoritarismo e a identidade nacional.

O movimento, no entanto, não foi apenas uma resposta às condições históricas e políticas do Brasil. Ele representava uma profunda busca por transformar o cinema em uma ferramenta de ação social e reflexão. Mesmo diante da repressão, o Cinema Novo ajudou a construir uma memória crítica da ditadura militar e de suas consequências para o país. Seu legado continua vivo, influenciando gerações posteriores e marcando a história do cinema brasileiro.

O artigo *A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira*, de Christa Berger e Juliana Campos Chaves, analisa o papel fundamental do cinema brasileiro na construção da memória sobre o período da ditadura militar (1964-1980), especialmente no que diz respeito à mediação entre memórias oficiais e subterrâneas. A ditadura militar no Brasil é um marco traumático da história política do país, e sua memória tem sido tratada de diferentes formas nas diversas produções culturais, com destaque para o cinema. O artigo examina como as obras cinematográficas contribuem para refletir as tensões entre o esquecimento, o lembrar e o narrar desse período histórico.

A memória oficial, sustentada pelo regime militar, buscava apagar ou minimizar as evidências da repressão, enquanto a memória subterrânea surgiu como um esforço de sobreviventes, cineastas e outros agentes culturais para trazer à tona a verdade sobre o período de repressão. O cinema, tanto documental quanto de ficção, desempenhou um papel crucial em registrar os traumas da ditadura, fomentar o debate público e reviver histórias silenciadas, sendo instrumentos para desafiar a narrativa oficial. Filmes como *Pra Frente Brasil* (1982), *Cabra Marcado para Morrer* (1984) e *Zuzu Angel* (2006) foram citados como exemplos dessa contribuição cinematográfica.

O artigo também destaca o papel sensorial e emocional do cinema, que, ao capturar e comunicar experiências traumáticas, estabelece uma conexão profunda entre o público e a história. No entanto, os autores questionam a tensão narrativa existente no cinema sobre a ditadura, ponderando se ele cumpre um papel pedagógico e crítico ou se, ao relembrar de maneira espetacularizada, pode acabar naturalizando os horrores do regime.

O cinema brasileiro tem, portanto, um papel crucial na preservação da memória da ditadura, contribuindo para uma narrativa histórica mais inclusiva e questionadora. Contudo, as autoras alertam para o risco de espetacularização dessa memória, que pode enfraquecer o impacto crítico da memória subterrânea. A tensão entre lembrar para esclarecer ou para esquecer continua sendo um desafio cultural e político. Ao final, o artigo reafirma o cinema como um espaço poderoso para revisitar os traumas coletivos, destacando a necessidade de um compromisso ético com o passado, para que a memória da ditadura não se torne apenas um produto de consumo midiático.

Já em outro âmbito artístico, o tropicalismo, surgido no Brasil no final dos anos 1960, foi um movimento artístico e cultural que marcou a música, o cinema, o teatro, a poesia e as artes plásticas na tentativa de romper com as tradições musicais e culturais brasileiras ao incorporar influências externas, como o rock psicodélico, com elementos da música popular brasileira. O movimento foi liderado por artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal

Costa, e Tom Zé, e se destacou por seu hibridismo artístico. O conceito central do tropicalismo era a antropofagia cultural, inspirado no Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, que pregava a ideia de absorver e ressignificar as influências estrangeiras, criando algo novo e distintamente brasileiro. Além disso, o tropicalismo buscava uma crítica ao nacionalismo rígido e à visão conservadora da sociedade brasileira, propondo um Brasil mais plural e dinâmico.

Figura 7: Capa do Álbum-manifesto da Tropicália



FONTE: G1

Em relação à ditadura militar, o tropicalismo surgiu em um contexto de crescente repressão, especialmente após o golpe de 1964. Durante os primeiros anos da ditadura, entre 1964 e 1968, houve uma certa liberdade artística, mas essa liberdade foi rapidamente restringida com a intensificação da censura, especialmente após o AI-5 em 1968. O regime militar não aceitava manifestações culturais que desafiavam o poder estabelecido, e as músicas tropicalistas, que questionavam as estruturas de poder, tornaram-se alvo da censura. Caetano Veloso e Gilberto Gil, dois dos principais expoentes do movimento, foram presos e exilados em 1969, simbolizando a repressão que o tropicalismo enfrentou. Apesar da repressão, o movimento tropicalista deixou um legado duradouro na cultura brasileira, desafiando as normas sociais e políticas da época.

O tropicalismo também se conectou com a contracultura global, que estava em ascensão nos Estados Unidos e na Europa, influenciada por movimentos como o Híppie e a Geração Beat. A busca por liberdade individual e a crítica ao autoritarismo estavam na essência do tropicalismo, assim como na contracultura mundial. No entanto, enquanto

movimentos como o hippie promoviam um estilo de vida alternativo de maneira mais explícita, o tropicalismo se manifestou através de uma experimentação estética radical, que misturava elementos da música brasileira com o rock, criando uma identidade própria e única. O tropicalismo não era apenas um movimento musical; ele também envolvia o teatro, o cinema, as artes plásticas e a literatura, sendo um movimento multidisciplinar que procurava questionar as normas culturais e criar novas formas de expressão artística. O movimento, ao adotar uma linguagem contestadora e inovadora, foi uma forma de resistência ao regime militar, ao mesmo tempo em que se conectava com as tendências globais da contracultura.

Em suma, o tropicalismo foi uma revolução cultural que, através da fusão estética e da crítica implícita à repressão, ajudou a formar uma nova identidade artística no Brasil, influenciando gerações de artistas e desafiando as normas políticas e culturais da época, especialmente durante os anos de chumbo da ditadura militar.

Trailers e vídeos para serem utilizado em sala de aula:

-  Deus e o Diabo na Terra do Sol (trailer original) - Glauber Rocha, 1964
-  Terra em Transe (1967, Glauber Rocha)
-  Caetano Veloso - Tropicalia

SEGUNDA PARTE - Atividade Avaliativa

A partir da aula expositiva, o tema da Ditadura Militar Brasileira ou o Golpe de 1964 pode ser entendido como uma diversidade de processos subsequentes. Essa temática faz parte do plano nacional brasileiro de educação, sendo dessa forma, um dos grandes temas para se compreender os processos políticos brasileiros e suas reverberações.

Dentre as habilidades e eixos temáticos requisitados pela BNCC está a compreensão das dinâmicas de repressão, censura e resistência durante o regime militar. Dessa forma, como forma de atividade a ser realizada em sala, os alunos se dividirão em grupos de 5 pessoas. Assim, os diferentes grupos partirão da análise de fontes primárias para sintetizar o conteúdo aprendido.

A escolha da fonte primária foi colhida no site do Arquivo Nacional Brasileiro e é intitulada: “Recortes de jornais relatando as diversas prisões do titular e de outros artistas e políticos, a invasão da Rádio Nacional em 1964 nos dias posteriores à promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, e a atuação da Comitê Brasileiro pela Anistia em 1979”. Trata-se,

portanto, de arquivos, revistas, e jornais com o noticiamento de prisões, e impressões da população em geral, seja da mídia ou do povo, em relação à promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5).

Tal arquivo está disponível dentro do site do Arquivo Nacional sob o endereço: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_ML/0/APT/TXT/0010/BR_RJANRIO_ML_0_APT_TXT_0010_d0001de0001.pdf.

Após o contato e a leitura da fonte primária, os alunos deverão responder às seguintes questões como forma de síntese do que foi aprendido na aula expositiva. Finalizada a pesquisa e respondida as questões, os alunos deverão apresentar à turma seu trabalho para que haja uma discussão final e comparação das respostas.

Questões:

1. Como a censura e a repressão da Ditadura militar afetaram o setor artístico e cultural no Brasil? Argumente sobre os impactos da censura e perseguição a artistas, e como esses elementos influenciaram a produção cultural da época.
2. Como as perseguições políticas durante a Ditadura Militar impactaram as relações sociais e o comportamento da sociedade brasileira? Reflita sobre como o medo de ser perseguido pelo governo influenciou o comportamento da sociedade civil, especialmente em termos de liberdade de expressão e engajamento político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

BERGER, Christa; CHAVES, Juliana Campos. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 29-36, set./dez. 2009. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v14i3p29-36.

BRASIL. *Enterro do estudante Edson Luís, morto em manifestação contra a ditadura no Rio de Janeiro em março de 1968*. Memórias Reveladas, 1968. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/imagens-correio-da-manha/enterro-do-estudante-edson-luis-morto-em-manifestacao-contr-a-ditadura-no-rio-de-janeiro-em-marco-de-1968/view>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL DE FATO RJ. "Foi uma batalha decisiva", lembra Franklin Martins sobre passeata dos 100 mil. Disponível em: <https://brasildefatorj.com.br/2018/06/26/foi-uma-batalha-decisiva-lembra-franklin-martins-so-bre-passeata-dos-100-mil>. Acesso em: 2 dez. 2024.

DA ENCARNAÇÃO, P. G. Drogas, festivais e rock nas páginas dos jornais brasileiros e portugueses – 1969/1975. *albuquerque: revista de história*, v. 11, n. 21, p. 92-110, 11 jan. 2020.

FERREIRA, Mauro. *Álbum manifesto da Tropicália faz 50 anos como retrato fiel da "geléia geral" brasileira*. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/musica/blog/mauro-ferreira/post/album-manifesto-da-tropicalia-faz-50-a-nos-como-retrato-fiel-da-geleia-geral-brasileira.ghml>. Acesso em: 2 dez. 2024.

GABEIRA, Fernando; COHN-BENDIT, Daniel. *Nós que amávamos tanto a revolução*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. *Traços da contracultura na cultura brasileira da década de 1960: um estudo comparado entre movimentos contraculturais nos Estados Unidos e no Brasil*. Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Orientadora: Regina Célia Lima Caleiro. Montes Claros, 2012.

KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022.

KAMINSKI, Leon. *O movimento hippie nasceu em Moscou: imaginário anticomunista, contracultura e repressão no Brasil dos anos 1970*.

LANNA, Anna Flávia Arruda. *Movimento Feminino pela Anistia: a esperança do retorno à democracia*. 1996.

PEREIRA, Carolina Morgado. *Os jovens e a contracultura brasileira*. Iara – Revista de Moda, Cultura e Arte, São Paulo: Centro Universitário Senac, v. 8, n. 2, p. 17-28, jan. 2016.

PIMENTEL, Danieli dos Santos; SANTOS JÚNIOR, Luiz Guilherme dos. *Tropicália, ditadura militar e vanguarda: dimensões políticas e experimentais do documentário*

contemporâneo brasileiro. *Artefactum – Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia*, Ano VIII, n. 01, 2016.

ROSZAK, Theodore. *A contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Tradução de Ana Maria Arantes. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

RIBAS, Rafael Malvar. Contracultura musical brasileira em tempos de ditadura. In: *VIII World Congress on Communication and Arts*, Salvador, 2015.

SCHUSTER, Ana Noredi; RADO, Sonia Cristina. *Contracultura no Brasil da ditadura*. Revista Maiêutica, Indaial, v. 5, n. 01, p. 19-30, 2017.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2008.